



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional
Sub-eixo: Formação profissional

PROJETOS DE INTERVENÇÃO – INSTRUMENTO PARA VISUALIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS DIFERENTES ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS

MARIA E SALVADOR¹

Resumo: A não utilização do projeto de intervenção na prática cotidiana constitui-se em preocupação antiga para a formação profissional e para os órgãos da categoria. Este é um debate urgente, pois os tempos de incerteza, de redução de recursos e de precarização do trabalho impõem aos assistentes sociais a elaboração de projetos que assegurem as vias de materialização do trabalho, com possibilidades, limites, estratégias e resultados, sob a ótica dos compromissos profissionais e propósitos institucionais e também para o conhecimento das equipes e dos gestores sobre a especificidade da profissão e o reconhecimento da utilidade social do seu trabalho.

Palavras-Chaves: Planejamento. Sistematização. Intervenção.

Resumen: La no utilización del proyecto de intervención en la práctica cotidiana de los profesionales de la categoría, se constituye en preocupación antigua para la formación profesional y para los órganos de fiscalización. Este es un debate urgente, pues los tiempos de incertidumbre, de reducción de recursos y de precarización del trabajo imponen a los asistentes sociales la elaboración de proyectos que aseguren las vías de materialización del trabajo, con posibilidades, límites, estrategias y resultados, bajo la óptica de los compromisos profesionales y propósitos institucionales y también para el conocimiento de los equipos y de los gestores sobre la especificidad de la profesión y el reconocimiento de la utilidad social de su trabajo.

Palabras Claves: Planificación. Sistematización. Intervención.

1-INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão que ocupa espaço privilegiado nos equipamentos que planejam, executam e avaliam políticas sociais cujo compromisso ético-político está consolidado no Código de Ética de 1993 e na lei 8662/93, que regulamentam a profissão. A discussão da sistematização do trabalho profissional ainda é tratada timidamente na produção acadêmica do Serviço Social, mesmo alertado por autores sobre os poucos textos na literatura da profissão relacionados ao eixo dimensão operativa, quando comparados à rica produção nos textos que trazem o debate sobre as dimensões ético política e teórico metodológica. Quando a discussão recai nos instrumentais de sistematização, em especial

¹ Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica. E-mail: <bethsalvador50@gmail.com>.

sobre a elaboração de projetos, essa questão se assevera pela exiguidade de textos sobre o assunto.

Por ser uma profissão de caráter interventivo, tem o seu trabalho materializado nas diferentes instituições contratantes com informações que garantam o acesso a bens e serviços por elas prestados, os quais responderiam às necessidades da população que os demanda, às finalidades e aos objetivos institucionais. O projeto, entendido como “a menor unidade do processo de planejamento”, expõe o conteúdo dessas ações, tornando visíveis os seus objetivos profissionais; o requisitado pela população e também a resposta às instituições pela requisição que faz do trabalho do assistente social para o alcance dos objetivos e finalidade institucionais.

A urgência em ampliar esse debate, entre várias razões, está no fato de que o amadurecimento ético-político e teórico-metodológico do Serviço Social faz com que seja reconhecido nos diferentes espaços sócio-ocupacionais: público, privado; ONGs, porém não o isenta de realizar uma permanente luta sobre qual é o seu espaço de trabalho. Os profissionais o identificam, porém muitas instituições contratantes utilizam estratégias que, reforçando objetivos institucionais: “contribui para a desqualificação profissional, ou seja, aquela em que os assistentes sociais reproduzem o projeto institucional como seu projeto” (Couto, 2009, p.653).

Outro aspecto que aponta para a urgência de um tratamento privilegiado ao tema foi reproduzido em duas edições do Jornal Praxis – publicação do CRESS-RJ. No nº50 de agosto/setembro de 2009, na página intitulada ESPAÇO COFI. Os agentes fiscais do conselho, signatários da matéria apontaram o seguinte:

“...tem-se constatado um quadro preocupante ao identificarmos nas visitas realizadas que uma determinada parcela da categoria não tem um projeto de intervenção sistematizado; não utiliza qualquer instrumento para conhecer o perfil dos usuários que atende, não tem hábito de sistematizar e refletir em equipe sobre sua intervenção, desenvolvendo seu trabalho de forma isolada e fragmentada...”

Nessa mesma matéria, mais adiante, os profissionais da Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social (COFI/CRESS-RJ) ressaltam que:

“...a discussão do projeto de intervenção nos diferentes espaços sócio-ocupacionais ancora-se em dois fatores: a possibilidade de qualificar e dar visibilidade ao trabalho profissional, pois no seu processo construtivo materializa respostas do processo interventivo: o que, por que, para que, como, com que meios, em que tempo e os resultados da intervenção...”

As constatações feitas pela comissão reforçam que a incorporação do projeto de intervenção na prática cotidiana contribui diretamente na dimensão qualitativa do trabalho,

rompendo com a visão burocrática, repetitiva e reiterativa da qual se revestem muitas das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais.

Na matéria no Práxis número 96 - julho-agosto de 2017- é retomada essa temática , reforçando que " quem possui projeto de intervenção fica mais resguardada em relação aos desmandos institucionais". Isso demonstra a importância e atualidade do assunto para o fortalecimento do fazer profissional. quando são documentadas e socializadas as diferentes proposições de trabalho para aquele espaço..

Realizar uma discussão sobre a construção de projetos de intervenção coloca-se como necessária, pois na formação dos assistentes sociais este assunto está presente nas diretrizes curriculares - disciplinas do núcleo de fundamentos do trabalho profissional, como também expresso na Lei 8662/93, no artigo 4º inciso VI e X e 5º, incisos I e II.

Na experiência docente, onde ministro as disciplinas relativas ao trabalho profissional e em eventos dos quais participo, tenho feito registros a partir dos depoimentos dos profissionais e alunos sobre o constatado pelos agentes fiscais do CRESS-RJ: o reduzido número de documentos nos arquivos de diferentes instituições com propostas de trabalho, descrevendo a ação cotidiana, o que propiciaria aos alunos uma leitura crítica do que compete ao Serviço Social, a identificação do trabalho do assistente social naquele determinado espaço pelos próprios profissionais e pelas equipes. Tanto a verificação dos profissionais do CRESS - RJ como a indagação dos alunos e profissionais reforçam que a utilização desse instrumental conferiria ao trabalho cotidiano a possibilidade de construir respostas às demandas institucionais, não restrita à expectativa de como o assistente social contribuiria para os propósitos da instituição, deixando registrados nas suas ações e estratégias os interesses da população atendida e visível o projeto da profissão. Como afirma IAMAMOTO:

[...]o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (2009).

Os limites impostos pela condição de assalariamento dos profissionais nos diferentes espaços institucionais não devem ser inibidores de uma prática comprometida com os interesses do usuário e com os princípios que orientam e norteiam o projeto profissional construído pela categoria. Mesmo reconhecendo que o trabalho profissional se realiza “nos parâmetros do capitalismo”, ele pode se materializar, contrariando a lógica que muito pode ter influenciado para a contratação de determinado profissional que, para COUTO (2009), é

o de “corroborar para o status quo” e no contraponto garantir a defesa do projeto profissional (p.652-653).

A elaboração de projetos para a profissão não é um instrumento “asséptico”, neutro e sim carregado de intenções, no qual está reproduzida a visão de mundo dos sujeitos que os constroem. Sob o ponto de vista da sua construção, a sua inclusão no exercício do trabalho reforça dois aspectos. O primeiro, de que os atuais modelos gerenciais não admitem a improvisação diante da exigência de altos níveis de eficiência, eficácia e efetividade das ações. O segundo aspecto é entendido a partir da afirmação de COUTO (2009): [...]ao apresentar o projeto de trabalho, o assistente social estabelece parâmetros importantes da relação profissional dentro da instituição em que trabalha[...], indicando aquilo que é sua área de saber, ou como afirma IAMAMOTO (2007: 417), “a natureza qualitativa da atividade profissional”, o conhecimento sobre a realidade institucional, seus limites e possibilidades; as demandas dos usuários e a forma viável de atendê-las.

Assim a utilização desse instrumental no dia a dia faz com que o trabalho profissional se qualifique permanentemente, pois favorece o acompanhamento das ações; sua avaliação, não só do ponto de vista dos resultados institucionais esperados, mas dos compromissos profissionais construídos. A reflexão de IAMAMOTO (2007: 422) revela que, mesmo sob o peso do poder institucional, a relativa autonomia, atribuída pela competência teórico-metodológica e pelas prerrogativas legais da profissão, possibilita que o assistente social redirecione o seu trabalho para rumos sociais distintos dos esperados pelos empregadores. Reforçado por BERTOLLO, quando afirma:

[...]é importante que seja cotidianamente reafirmado o posicionamento assumido pelo corpo profissional de defesa e a favor da classe trabalhadora. Tarefa que se mostra árdua num contexto marcado por severas ofensivas do capital sobre todos, nos mais variados aspectos da vida social(2016,p347)

As argumentações tecidas até aqui constituem o solo da discussão sobre a importância da elaboração de projetos pelo Serviço Social que será desenvolvida ao longo desse texto nos seguintes itens: discussão conceitual; ferramenta para o trabalho coletivo e sua construção.

2-DESENVOLVIMENTO

Discussão conceitual

O projeto de intervenção como instrumental do Serviço Social não pode ser pensado sem o resgate da discussão sobre Planejamento e sua importância na contemporaneidade. Para uma aproximação, tomo como referência o conceito trabalhado por BAPTISTA:

[...] refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Enquanto processo permanente supõe ação contínua sobre um conjunto dinâmico de situações em um determinado momento histórico. Como processo metódico de abordagem racional e científica, supõe uma sequência de atos decisórios, ordenados em momentos definidos e baseados em conhecimentos teóricos e técnicos (2000,p13).

No conceito, podem ser destacados os aspectos ligados à racionalidade, contexto e decisão.

O planejamento reproduz a capacidade humana de responder às questões que se colocam como desafios; e o homem planeja a todo tempo, mesmo sem perceber, objetivando pela sua inteligência respostas às suas diferentes necessidades. Para BAPTISTA (2000) foi a sistematização dessa racionalidade, ao longo dos tempos, que provocou os primeiros contornos sobre a necessidade de substituir reparações ou consertos institucionais de caráter imediatista por uma ação fundada no conhecimento produzido por diferentes áreas para o desenvolvimento de ações, que enfrentassem a complexidade dos problemas.

O planejamento constituiu-se como questão fundamental da área da Administração no século XX, ocupando espaços importantes nas matrizes teóricas da área: Taylorismo, Teoria clássica de Fayol e Teoria das Relações Humanas de Elton Mayo. Foi largamente utilizado nas esferas pública e privada na primeira metade do século XX como instrumento para o desenvolvimento econômico e reduto de “tecnocratas e políticos dentro da primazia dos problemas econômicos em relação aos sociais” (FRITSCH,1999: 29).

Acreditava-se que o crescimento econômico resolveria todos os problemas da sociedade. Essa visão unilateral foi substituída em razão da importância alcançada pelos aspectos sociais resultantes do aprofundamento da concentração do capital e do agravamento das condições de vida das populações.

A contribuição de estudos das diferentes disciplinas das ciências sociais ampliou a concepção do planejamento, admitindo uma integração dos aspectos econômico, social, cultural e político para a sua concepção. Para FRITSCH (1999) são visões e tendências consideradas primordiais para o desenvolvimento de um planejamento integrado. Assim ganha lugar de destaque na esfera do Estado nos exemplos da Rússia nos anos 20 e posteriormente nos países centrais em razão “da inserção mais incisiva do Estado no fomento da economia e nas ações sociais compensatórias através de políticas sociais (fordismo/keneysonianismo), como afirmado por Barbosa (1999). No Brasil, foi colocado como

propulsor do desenvolvimento econômico expressado no governo Juscelino Kubitschek (Plano de Metas - anos 50), nos governos militares (1964-1985), através dos Planos de Desenvolvimento Econômico - PND e mais recentemente no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (TEIXEIRA, 2009: 556).

O planejamento é apresentado em duas grandes linhas: normativo e estratégico. O planejamento normativo corresponde ao planejamento tradicional, assentado nos aspectos técnico- operativos; na leitura da realidade objetiva, reproduzindo o “mito” de ser um instrumento neutro, com possibilidades de prever o futuro e com um caráter tecnocrático, em que a “cabeça coroadada” do planejador formularia propostas para solução de problemas.

O planejamento estratégico que tem em Carlos Matus (chileno-Ministro da Economia de Salvador Allende) o seu maior estudioso na América Latina. Apresenta profundas diferenças em relação ao normativo, pois considera a realidade de uma forma ampla; com condições objetivas e subjetivas; leva em conta as forças em presença, atribuindo aos diferentes atores sociais interesses e conflitos que produzem tensões determinantes para as possibilidades de alteração de uma realidade na qual se pretende atuar. Reproduzimos o que NOGUEIRA assinala como diferenças do normativo, a partir do padrão de racionalidade estratégica:

[...] de conteúdo - na apreensão da realidade, incluindo questões ligadas ao poder, isto é a apreensão da correlação de forças, das articulações e pactos entre segmentos e grupos diferenciados, determinando o confronto e as formas de seu enfrentamento;

de ampliação da previsibilidade - resgate da análise de todos os possíveis condicionantes internos e externos que poderão interferir no curso da ação. Ainda que sejam fatores não controláveis, o seu reconhecimento possibilita o redirecionamento da ação no momento certo para contorná-lo e não ficar como uma “surpresa” no curso da ação;

de ênfase - a estratégia se configura como pensamento e decisão criativa para realizar uma atividade levando em conta condições realistas, sendo adversas ou não;

de flexibilidade da proposta- capacidade de alterar rapidamente o rumo das ações, em decorrência de ameaças internas e externas e a capacidade de retornar ao proposto para determinar novas alternativas. Tal aspecto exige, além de uma contínua análise e reflexão, o acompanhamento de tudo que é novo e pode ser incorporado ao novo processo de planejar a realidade (1998: 25).

Esta nova forma de pensar e agir rompe com o “engessamento” do planejamento normativo, pois redimensiona a abrangência das propostas, vistas agora como postas numa realidade multifacetada; incorpora o “diverso” em razão dos diferentes sujeitos presentes e

dos seus interesses também diferenciados. Esses elementos garantem uma inovação na forma de agir, pois comportam uma relação dialetizada.

Essa linha de planejamento influenciou a administração pública e o setor privado nos anos 80 no Brasil, em especial pelo processo de democratização brasileira e pelas instabilidades presentes no panorama político econômico mundial. Para Barata (2009): “é instrumento dos que querem tornar-se sujeitos e construir o presente e o futuro desde já, dos que não querem sucumbir às forças do acaso ou do mercado ou a vontade estranha, ou aos desígnios dos donos do poder” (p.558).

O processo de planejamento, independente da linha adotada, expressa-se em documentos, reproduzindo as decisões tomadas, a sistematização das atividades e as informações referentes aos procedimentos; prazos e recursos. Esses documentos são denominados plano; programa e projeto. Cada um deles marca os níveis de decisão e indica a maior ou menor proximidade da ação. A literatura sobre esses documentos assim os descreve. **O plano** deve ser compreendido como um instrumento normativo-político, onde são definidas e descritas diretrizes, estratégias e responsabilidades fundamentadas em análises que identificam os aspectos primordiais a serem enfrentados; apresenta um panorama dos objetivos, orçamento, alocação dos recursos e projeções quanto às mudanças. **O programa** é o detalhamento do plano; define objetivos setoriais, expõe o conjunto de projetos, agrega atividades em relação à natureza da questão a ser enfrentada, num determinado espaço e num determinado tempo. **O Projeto** é o instrumento técnico-administrativo da execução; ele é a unidade mais operativa, dando consistência ao que foi desenhado no plano e no programa, além da concretude das intenções e objetivos. Por ser o mais próximo da execução, entre os documentos do planejamento, é ele que efetivamente demonstrará a materialização de um serviço, através da descrição detalhada das atividades, dos prazos e dos recursos humanos, financeiros e materiais utilizados (BAPTISTA, 2000; BARATA, 2009; COUTO, 2009; SALVADOR 2013)

Essa exposição, associada aos aspectos jurídicos legais organizativos da categoria, descritos nos conteúdos dos seus diferentes documentos, ressalta a elaboração de projetos como via para a concretização de práticas profissionais que se vinculem a propostas com um grau de consistência para produzir resultados, cujo conteúdo não seja só otimizar ações institucionais, mas proporcionar aos sujeitos envolvidos o acesso a serviços de qualidade, priorizando a sua participação e dessa forma demonstrando que a adoção do planejamento amplia as possibilidades ao que a profissão tem de mais caro, a luta pela ampliação do acesso aos direitos sociais nos diferentes espaços em que a profissão se insere.

Esses diferentes espaços sócio-ocupacionais: estatal; organizações empresariais, terceiro setor, operacionalizam serviços que notadamente expõe uma redução

de investimentos , comprometendo o requisitado pela população, afetam sobremaneira as condições de trabalho dos assistentes sociais, fragilizando suas lutas.

Ferramenta para o trabalho coletivo

No atual contexto institucional, novas responsabilidades são atribuídas aos assistentes sociais, como produto da maturidade alcançada sob o ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. A nova visão da profissão nos diferentes espaços onde hoje tem presença marcante, como é o caso da gestão e execução das diferentes políticas nas diferentes instâncias de governo, traz o ônus (ou o bônus!) de novas exigências de mais largo espectro. Demonstra que esses espaços esperam que o assistente social decifre “os enigmas do seu trabalho e do seu tempo” e forneça respostas ágeis, criativas e competentes em qualidade e quantidade para a multiplicidade das demandas que aparecem no cotidiano (TEIXEIRA, 2009: 554; IAMAMOTO, 1998). Para tal, como acentua FRITSCH (2009: 44): “precisamos agilizar nossas respostas interventivas”. Ou ainda , indicado pela mesma autora:

O projeto, como instrumento do trabalho coletivo, indica o que compete ao Serviço Social e onde a sua intervenção se fará, demonstrando o reconhecimento do assistente social de que esse é um espaço ocupado por diferentes áreas de saber, cuja ação dos diferentes profissionais articuladas produz respostas para instituição e seus usuários. Para COUTO (2009: 652): [...]é preciso reconhecer o real compromisso da profissão com o trabalho coletivo e com o atendimento às necessidades sociais[...].

Outros fatores também devem ser considerados, entre os quais: fornecer “visibilidade” à profissão, desatando-a dos chamados “grilhões” institucionais, quando internaliza os objetivos dos contratantes, com graves prejuízos à identidade da profissão, pois ela se confunde e é confundida com o que é institucional. Esse aspecto é contemplado na reflexão de COUTO:

[...]É certo que o projeto da instituição compõe o arsenal de conhecimento a ser levado em conta pelo assistente social, mas não encerra aquilo que a profissão tem a oferecer. Ao assumir um espaço sócio-ocupacional, há que se estabelecer, com clareza, o que a profissão tem a oferecer como subsídio para o atendimento das demandas que competem à instituição; satisfazer resguardando-se as características da sua natureza pública ou privada, mas mantendo-se o compromisso com estratégias que traduzam o trabalho do assistente social como espaço coletivo e democrático (2009: 654).

Assim, reconhecendo que o assistente social tem como ferramentas do seu trabalho a fala e a escrita, deve avançar na utilização da ferramenta escrita por ser um instrumento de argumentação, de exposição e negociação do seu trabalho nesses espaços, aspectos que contribuem para “escrever sua história na instituição”, garantindo por meio da “memória”

das ações profissionais, o registro das respostas às necessidades apresentadas pelos usuários. Desta forma, favorece uma análise do trabalho e dos resultados, numa perspectiva não exclusivamente quantitativa (expressada nas estatísticas da área), mas sim do processo que se desenvolveu, sob o ponto de vista qualitativo e crítico, quanto aos objetivos desenhados e alcançados; os procedimentos; os recursos propostos e utilizados e os resultados para a instituição e para os usuários. Nesse importante aspecto, reproduzimos o afirmado por COUTO:

[...] responde diretamente a um preceito do Código de ética que, no artigo 5º, indica como deveres do assistente social na relação com os usuários, dentre outros: “ contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” e [...]democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários (2009: 654).

A utilização desse instrumental, desde a concepção, acompanhamento e na avaliação das ações no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais ressignificam sua prática, sendo uma importante via de expressão do compromisso com a população, já consignado no estatuto profissional, como também;

[...]de ultrapassar características que insistem em acompanhar o Serviço Social ao longo dos tempos: tais como o conservadorismo, o assistencialismo e a inserção técnica subalterna no mercado de trabalho que relega ao assistente social o posto de mero “gestor da barbárie.(BERTOLLO,2016,p354)

Sua construção

O conhecimento da realidade, com seus limites e possibilidades, e a identificação dos aspectos que conferem particularidade e especificidade à profissão são elementos essenciais quando se constrói propostas sistematizadas para uma ação. Assim, o projeto reflete o conhecimento teórico-crítico; o exercício profissional comprometido. Importantes aspectos são exigidos para que esse patamar seja alcançado: o conhecimento do código de ética, das legislações específicas dos campos de trabalho onde a intervenção se realiza, da instituição contratante, das demandas da população atendidas e a leitura das produções que tratam de questões que se colocam nos espaços de trabalho. Dessa forma, a elaboração de projetos, como uma manifestação do potencial humano, faz com que o assistente social associe à criatividade da imaginação a força da racionalidade. Melhor dizendo, ele nos “puxa” da idealização e nos obriga a refletir sobre os aspectos concretos da realidade com suas potencialidades e riscos e, com essa análise, fazemos a escolha da alternativa possível de ser transformada em ação, naquele espaço e naquele tempo.

Na dinâmica de elaboração de projetos, o seu processo aporta os seguintes conteúdos: lógico, comunicativo, de articulação e cooperação e pedagógico e de articulação

e parceria. (CURY, 1999: 35). Como processo lógico, deve estabelecer uma relação entre os diferentes elementos com conteúdos e passos precisos. Como processo comunicativo, é o documento representativo de uma construção coletiva, que expressa, internamente, o consenso dos diferentes atores com ele envolvido, quanto aos objetivos e resultados; no aspecto externo, deve, além de informar e convencer, converter adeptos para a proposta e demonstrar a competência para sua implementação. Garantir esse consenso implica em conhecer os atores envolvidos, seus pontos de vista, interesses e como cada um explica determinada realidade. Trata-se, portanto, de identificar os aliados e os oponentes, estabelecendo uma correlação de forças para viabilizar propostas. Como processo de articulação e cooperação, baseia-se no diálogo entre os diferentes sujeitos, na negociação e nas parcerias. Como processo pedagógico, a elaboração de projetos estimula o aprendizado permanente, encadeia pensamentos, descreve e analisa a complexidade dos fatos, resume informações, capacitando para a operacionalidade.

O projeto de intervenção sintetiza conhecimento e ação, assim deve ser precedido de um diagnóstico, considerado como o momento em que se realiza uma apreciação crítica das condições favoráveis e desfavoráveis para solucionar o problema e para identificar se a solução considerada materializável em proposta atenderá aos anseios da população a ser beneficiada. Para tal, são necessários dados e informações que devem ser obtidos a partir do conteúdo investigativo exigido no exercício profissional.

O projeto é um documento escrito que expressa uma resposta para problemas concretos identificados por pessoas que se incomodam com eles, que querem minimizá-los ou eliminá-los. No projeto, são colocadas ideias que se transformam em ações e essas são possibilidades de resolver problema (s) identificado (s). Logo estão presentes no projeto de intervenção: problemas, ideias e ações carregados de intencionalidade.

Não é demais lembrar que essa intencionalidade expressada nas propostas de trabalho pode não ser unívoca, pelos dilemas que atravessam a profissão face a um contexto adverso dos cursos de Serviço Social na atualidade, inflados pela mercadorização e pelo ensino à distância que dificultam a reflexão e a discussão coletiva dos insumos teóricos da formação profissional necessários para o desvendamento da realidade social complexa e o seu rebatimento nas instituições contratantes, cada vez mais "receptivas" às ofensivas do capital.

Por outro lado, o quadro pode ser diferente, quando ocorre de forma qualificada a apropriação dos conteúdos da formação profissional, cujo tratamento crítico das expressões da questão social traduz-se numa direção alicerçada nos compromissos assumidos pela categoria, e, como afirma Couto.[..] na direção da construção das relações democráticas e

emancipadoras, pressupostos básicos do projeto ético-político do Serviço Social.(2009,p.656)

A construção do projeto de intervenção deve ser precedida de perguntas básicas para sua elaboração: O quê? Por quê? Para quê? Para quem? Como? Com que meios? Em que tempo? Os conteúdos descritos abaixo formatarão os diferentes itens que compõem a estrutura do projeto, a saber:

O quê corresponde ao problema que se quer superar. Ele se apresenta de uma forma concreta. Nas instituições, eles são vários, e a discussão envolvendo equipe e usuários é o caminho para identificar o problema central. Ressalto que esse problema para se tornar foco de intervenção do serviço social deve estar relacionado às habilidades da profissão. É no **o quê** que se define a atividade principal para resolver aquilo que incomoda **o problema**. Ela vai **denominar** o projeto. O **Porquê** relaciona-se à demonstração das razões, dos motivos e da importância do que queremos fazer, indicando a relevância, a viabilidade e a exequibilidade da proposta. O **Porquê** se expressa na **justificativa**. O **para quê** são os objetivos. Aonde queremos chegar com a atividade. O que será alcançado. Eles positivam o problema. **Para quem** se refere ao grupo de pessoas que vai se beneficiar diretamente com o projeto, indicando segmento populacional, faixa etária etc. **Como** é a organização das tarefas/atividades; é o que precisa ser feito para cumprir objetivos, devendo ser colocadas de forma ordenada. **Com que meios** são recursos necessários para que a proposta se concretize. **Em que tempo** indica o prazo de execução, definido por um cronograma que demonstra a relação entre a atividade, prazo e quem a realiza. Além desses outros itens, devem estar descritos no documento como orçamento e avaliação

A avaliação pelo assistente social do seu trabalho deve ser permanente. No caso específico de uma profissão que se propõe contribuir para alteração da ordem societária, é de utilizá-la não só para mensurar padrões de eficiência, eficácia e efetividade atingidos, presentes nos processos avaliativos de diversas instituições, orientados quase que de maneira exclusiva pela ótica da relação custo-benefício., logo sem a preocupação se a intervenção realizada garante o acesso da população aos serviços. Entendemos como inadequado este formato de mensuração dos resultados das diferentes ações públicas, corroborando com BOSCHETTI na sua crítica sobre os métodos de avaliação de políticas sociais:

[...] a avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir desigualdade social e propiciar equidade (2009,p 578).

E ainda , [...]deve se situar na compreensão do papel do Estado e das classes sociais na construção dos direitos e da democracia (p 580). Por essa ótica , quando avaliamos um projeto com todos os envolvidos equipe de trabalho, usuários e gestores democratizamos informações e investimos no aprendizado social pela possibilidade de identificar as diferentes visões dos diferentes atores sobre o andamento e conclusão das ações Como afirmado por MATUS(1993, apud SOUZAFILHO e GURGEL) [,,]o planejamento exige uma avaliação permanente tanto da evolução da mudança como dos resultados reais alcançados.. esse processo supõe comparar o planejado e o alcançável..(2016,p.225)

Descrição do instrumento

Os itens que compõem o projeto estão registrados num modelo padrão , que pode sofrer alterações ou adaptações de acordo com as instituições contratantes ou por exigência dos financiadores para quem o projeto será apresentado. Logo ele deve ser claro, conciso e de fácil entendimento por quem vai lê-lo. Neste modelo estão elencados: identificação (titulo,responsável pela elaboração), sumário da proposta, apresentação da instituição, justificativa, objetivos:geral e específicos, metas,população alvo, metodologia(detalhamento da proposta com procedimentos, descrição das atividades a serem realizadas, cronograma, (descrição das atividades, prazo e responsáveis). recursos (humanos, materiais, financeiros logísticos), orçamento, sistema de avaliação

Esses elementos serão ,a seguir, apresentados na ordem acima mencionada:.

Identificação: estará descrita na folha de rosto o nome do projeto(Este deve ser escolhido com muito cuidado pela equipe , pois deve indicar o problema e a ação a ser empreendida) os nomes dos responsáveis pela execução e a data de elaboração.

Sumário da proposta ou resumo do projeto: de forma sintetizada (não devendo ultrapassar 200caracteres) deve apresentar com clareza informações essenciais sobre a proposta para uma apreciação daqueles que vão autorizar sua realização. **Apresentação da instituição**(no caso de ser dirigido para financiadores) Descrever natureza da instituição, finalidade, histórico; projetos existentes , parcerias, fontes de recursos e outros exigidos nos editais. **Justificativa.** Descrever de forma substancial o problema , com elementos que indiquem a necessidade de realizar o projeto, deixando claro qual expressão da questão social ele vai atender. Para tal deve conter três momentos articulados. No primeiro a natureza do problema suas implicações imediatas e mediatas; num segundo, os aspectos discutidos e apreciados na literatura que dão a ele relevância; e por fim a ideia do projeto e as condições existentes que viabilizam a sua realização. Essa descrição com riqueza de dados é que vai demonstrar a relevância e a viabilidade da

ação. **Objetivos** (geral e específicos) **Objetivos (geral e específicos)**- indicam o que pode ser esperado com a intervenção profissional. Não devem reproduzir exclusivamente o que pensa o planejador e sim decorrentes da análise sobre possibilidades objetivas, pensadas coletivamente. Devem expressados com verbos de ação, com uma linguagem concisa. Devem ser construídos a partir de parâmetros de exequibilidade em face do problema apresentado e das condições existentes para a intervenção. r. O objetivo geral expressa o que se quer alcançar de forma ampla. Tem um conteúdo ideal de superação do problema. Os específicos são fins alcançáveis com uma relação com as questões colocadas como superáveis na justificativa. Espera-se uma coerência nessa construção, considerando a realidade institucional e a própria intervenção. **Metas** – são os objetivos quantificáveis. Nelas serão explicitados os indicadores e os resultados esperados em termos de quantidade e de tempo (qu岸os foram atendidos, em que prazo, medindo portanto eficiência e eficácia do projeto). **População Alvo(públicoalvo)** – indicar quem são os usuários a serem atendidos pelo projeto. **Detalhamento do Projeto (descrição das atividades)**. Nesse campo será indicado o que vai ser feito e como será realizado. Serão descritas as atividades necessárias para efetivar a proposta. Devem ter relação com os objetivos específicos, demonstrando o conteúdo de cada uma, especificando os procedimentos. A sua apresentação deve ser por ordem de importância. **Cronograma de ação** (deve constar desse momento), pois ele é a demonstração gráfica de todas as atividades, do tempo estimado para execução e dos responsáveis por cada uma das atividades. **Recursos (humanos, materiais, administrativos)**. São os elementos indispensáveis para a realização do projeto. No que se refere aos recursos humanos, devem ser listados os profissionais necessários, especificando inclusive suas funções. De acordo com a exigência da instituição, devem ser descritos: qualificação, quantificação, tempo no projeto, entre outras informações que podem ser exigidas. Quanto aos recursos materiais, devem ser listados: o de consumo (papel, lanche, canetas etc.); o permanente (computador, mesas, cadeiras, ar condicionado); os espaços a serem utilizados etc. Os recursos administrativos são normativos e se expressam nas normas de serviço, rotinas de funcionamento, na organização do sistema de documentação. **Orçamento**- é a previsão dos recursos monetários que serão necessários para a efetivação do projeto. É o projeto transformado em números. A sua preparação é uma parte importante do projeto. Devem ser previstos no orçamento os recursos e onde e quando serão aplicados. É a demonstração de todas as despesas e as receitas; as fontes de financiamento. Exige-se um detalhamento pela necessidade do seu acompanhamento pelos gestores e financiadores. **Sistema de Controle e Avaliação**- deverão ser descritos os mecanismos que serão adotados para uma avaliação qualitativa e quantitativa. Com a indicação da

equipe responsável; e da importância do espaço de participação dos usuários, dos indicadores; dos prazos, dos tipos de documento de suporte ao processo avaliativo. Enfim, deve descrever o que avaliar, com quem avaliar, que instrumentos utilizar e em que tempo.(BAPTISTA, 2000, p.138-145;COUTO,2009,p.661)

Os autores Souza Filho e Gurgel(2016,p.230),, apoiados em Boschetti(2009) sugerem ainda, a construção de uma estrutura de referência para a avaliação, consolidando "indicadores de avaliação em grandes categorias e descritores. Ou melhor dizendo o gestor do projeto define para essa matriz avaliatória as categorias presentes na situação alvo da ação, indicadores que são informações de ordem quantitativa que expressam o desempenho de uma ação e os descritores, que são os aspectos que deverão ser verificados para poder analisar os indicadores, O formato participativo com reuniões para apresentação e discussão do resultados devem ser realizadas de forma cuidadosa , com demonstrações gráficas de fácil entendimento, com espaço de debate das diferentes visões e expectativas Os dados resultantes desse processo avaliativo de conteúdo democrático subsidiarão ações futuras .

Se necessários, de acordo com a exigência da instituição ou modelo das agências financiadoras do projeto, também deverão constar, resultados esperados, bibliografia e anexos.

A título de finalização serão apresentados as medidas concretas que precedem à execução, denominada **implementação** do projeto, o que é necessário para a proposta acontecer. Essas medidas são de caráter técnico (ex: treinamento de pessoal); administrativo (ex: propostas de reorganização operacional); legal (ex: minutas de convênio, portarias).Na **execução**, a ação. é realizada. A dinamicidade própria do projeto obriga ao técnico um olhar permanentemente atento pelas alterações que vai provocar e como elas vão ser percebidas pelos diferentes sujeitos e também o tratamento a ser dispensado às questões que se apresentem , a partir da perspectiva estratégica que orienta a ação planejada.(BAPTISTA,2000,p.103-107)

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de intervenção ainda não é largamente utilizado pela categoria de assistentes sociais , mesmo que seja um instrumento que possibilita a visibilidade do exercício profissional nos diferentes espaços,expondo a dimensão ético política, teórico-metodológica e técnico operativa, indissociáveis nas ações desenvolvidas para fortalecimento de direitos nos espaços institucionais. Outro aspecto de sua grande importância é contribuir para a leitura dos assistentes sociais sobre o produto do seu trabalho, ressignificando a sua atuação, descolando-a de um conteúdo burocrático, muitas

vezes presente nas diferentes instituições onde atua. Esse instrumento possibilita a visualização pela instituição de qual é a especificidade da profissão, sob quais referências ela atua e o seu contributo aos objetivos institucionais. Os tempos recentes, que trouxeram novas formas de gerenciamento, apontam que formular projetos é empregar um instrumento útil em ambientes de incerteza e de novas exigências, próprios das diferentes instituições na atualidade. Elaborar projetos traduz raciocínio e a capacidade teleológica, propondo alternativas de ação viáveis para responder a questões a serem enfrentadas e respondidas num determinado tempo e espaço. Não é demais apontar que, num matiz ideológico, eles expressam ideias que por natureza não são neutras, logo devem ser vistos como carregados de ideologia. A sua importância para o profissional, para a instituição e para os usuários é que, de forma descritiva, ele aponta e socializa com os diferentes atores envolvidos o que se quer fazer, aonde se quer chegar, como vai chegar, quanto vai custar e ainda garante transparência na utilização dos recursos e comprometimento entre todos envolvidos pela sua essência participativa.

4- REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rosangela N. C. Introdução ao Estudo da Administração e Planejamento aplicados ao Trabalho do Assistente Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro: UERJ, n.14, p.29-42, 1999.

BAPTISTA, Mirian V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

BERTOLLO, Kathiúça. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan./jun. 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais in: **SERVIÇO Social: direitos sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p.576-591.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO (CFESS). **Resolução CFESS n. 273/1993, de 13 de março de 1993**. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: CRESS 7ª, 2008.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. A Importância do Projeto de Intervenção do Serviço Social nos Espaços Sócio-Ocupacionais, **PRAXIS n°50 (Espaço COFI)**. CRESS/RJ 2009. **PRAXIS n. 96**, 2017

COUTO, Berenice R. Formulação de Projeto de Trabalho Profissional in: **SERVIÇO Social: direitos sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 652-663.

CURY, Thereza C.H. **Elaboração de Projetos Sociais**. São Paulo: AAPCS, 1999. p.33-55. (Coleção Gestores Sociais).

FRITSCH, Rosangela. Planejamento: Fundamentos Histórico–Teórico-Metodológicos in: **CAPACITAÇÃO Profissional em Serviço Social**. Porto Alegre: Cress-10ª R, 1999. p. 25-46.

_____. Planejamento Estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, SP:Cortez, n. 52, 1999. p.127-145.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

NOGUEIRA, Vera M.R. Planejamento de políticas Sociais: Planos/Programas/Projetos. **Cadernos de Textos**, Florianópolis: SC. CRESS-12^aR, n. 4, 1998.

PAIVA, Beatriz A. Reflexões sobre Pesquisa e Processos de Formulação e Gestão. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social. Brasília: UNB, 2000. Módulo4.

SALVADOR, Maria.E.F. Projeto de intervenção e sua importância para o Serviço Social in: O SERVIÇO Social na Teoria e na Prática: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Unisum Publicações, 2013.

SILVA, Ademir A. **A gestão da Política Social Brasileira**: entre a política pública e o mercado. São Pau: Cortez, 2004.

SOUZA, Rosany B.; AZEREDO Veronica, G. O assistente Social e a ação competente: a dinâmica cotidiana. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.80, nov. 2004

SOUZAFILHO, R; GURGELC. **Gestão democrática e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2016. (Coleção básica de serviço social; v. 7).

TEIXEIRA, Josefina B. Formulação, Administração e Execução de Políticas Públicas. In: SERVIÇO Social –direitos sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p.553-573.